

Nu Pagamentos S.A.

**Demonstrações
financeiras
consolidadas
do Conglomerado
Prudencial**

em 30 de
junho de 2018



Conteúdo

- 5 Relatório da administração
- 7 Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial
- 14 Balanços Patrimoniais Consolidados
- 16 Demonstrações do resultado consolidado
- 17 Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido
- 18 Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas
- 21 Notas explicativas às Demonstrações financeiras consolidadas

Relatório da administração

Em atendimento à Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do Banco Central do Brasil (BACEN), a administração da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição” ou “Nubank”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Instituição relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018.

O Nubank oferece um cartão de crédito internacional MasterCard, controlado por um aplicativo para smartphone. Como a primeira empresa de cartão de crédito sem canais físicos no Brasil, o Nubank reduziu a complexidade e os custos da sua operação para devolver aos clientes o controle de suas finanças.

A receita total do primeiro semestre de 2018, montante que resulta da soma da receita operacional (correspondente à taxa de intercâmbio) e da receita financeira (proveniente de juros e rendimentos), indica um aumento substancial de crescimento

em comparação à receita do primeiro semestre de 2017. Esse aumento também se reflete no portfólio de recebíveis de cartão de crédito da Instituição.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Em 18 de maio de 2017 o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) de acordo com a publicação no diário oficial. A administração da Instituição atesta que tem capacidade econômica e financeira para manter até o vencimento todos os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de “mantidos até o vencimento”.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 10 de agosto de 2018

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Acionistas e Administradores
da Nu Pagamentos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado consolidado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos

estabelecidos pela Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), descritos na nota explicativa nº 2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial da Nu Pagamentos S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa

data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais

emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração da Instituição para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN e regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, o nosso

relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

A Instituição elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, com data de 10 de agosto de 2018.

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil às Instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 15 de março de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria

das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado

Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração dessas demonstrações financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições

que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O –6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O –0

Balancos patrimoniais consolidados em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Total do ativo circulante		6.870.811	2.754.003
Disponibilidades	4	340.976	132.273
Aplicações interfinanceiras de liquidez		69.003	-
Aplicações em operações compromissadas		69.003	-
Títulos e valores mobiliários	5	1.913.041	432.081
Livres		752.546	283.450
Vinculados à prestação de garantias		1.160.495	148.631
Operações de crédito	6	-	257.299
Empréstimos		-	328.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	(70.707)
Outros créditos	6	4.535.631	1.931.116
Valores a receber cartão de crédito		4.819.934	1.984.493
Diversos		157.145	41.831
Provisão para outros créditos		(441.448)	(95.208)
Outros valores e bens		12.160	1.234
Despesas antecipadas		12.160	1.234
Total do realizável a longo prazo		183.020	95.470
Títulos e valores mobiliários	5	104	2.169
Vinculados à prestação de garantias		104	2.169
Outros créditos		182.916	93.301
Diversos	6	182.916	93.301
Total do permanente		15.911	5.082
Imobilizado de uso		15.805	4.976
Instalações, móveis e equipamentos de uso		18.959	6.204
Depreciação acumulada		(3.154)	(1.228)
Intangível		106	106
Total do ativo		7.069.742	2.854.555

Passivos	Nota	2018	2017
Total do passivo circulante		6.238.968	2.227.652
Outras obrigações	9	5.907.301	2.227.652
Valores a pagar cartão de crédito		4.610.196	2.178.141
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		804	3.234
Fiscais e previdenciárias		53.753	12.163
Diversas		1.242.548	34.114
Obrigações por empréstimos e repasses	8	331.667	-
Empréstimos no exterior		331.667	-
Total do passivo não circulante		-	202.305
Obrigações por empréstimos e repasses	8	-	202.305
Empréstimos no exterior		-	202.305
Resultado de exercícios futuros		28.072	701
Patrimônio líquido	10	802.702	423.897
Capital social		1.065.451	587.049
Reserva de capital		67.023	37.684
(-) Prejuízo acumulado		(329.772)	(200.836)
Total do passivo e patrimônio líquido		7.069.742	2.854.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado consolidado

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2018	2017
Receita operacional	11	196.877	82.703
Custo dos serviços prestados	12	(157.259)	(69.785)
Lucro bruto		39.618	12.918
Despesas de pessoal	13a	(60.025)	(37.902)
Despesas administrativas	13b	(36.607)	(22.086)
Outras receitas operacionais		18.467	8.152
Outras despesas operacionais		(12.104)	(4.872)
Provisão para perda do valor recuperável	6e	(226.726)	(129.042)
Plano de opção de compra de ações	10b	(14.963)	
Outras receitas/(despesas) operacionais		(331.958)	(198.080)
Prejuízo operacional		(292.340)	(185.162)
Receitas financeiras		306.364	154.111
Despesas financeiras		(78.699)	(32.119)
Resultado financeiro	14	227.665	121.992
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		(64.675)	(63.170)
Ativo fiscal diferido		13.786	24.220
Imposto de renda e contribuição social	15	13.786	24.220
Prejuízo dos semestres		(50.889)	(38.950)
Prejuízo por ação		(2,40)	(1,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findos
em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	587.049	25.354	(161.886)	450.517
Opção de ações outorgadas (Nota 10)	-	12.330	-	12.330
Prejuízo do semestre	-	-	(38.950)	(38.950)
Saldo em 30 de junho de 2017	587.049	37.684	(200.836)	423.897
Saldo em 31 de dezembro de 2017	587.049	52.060	(278.883)	360.226
Opção de ações outorgadas (Nota 10)	-	14.963	-	14.963
Aumento de capital	478.402	-	-	478.402
Prejuízo do semestre	-	-	(50.889)	(50.889)
Saldo em 30 de junho de 2018	1.065.451	67.023	(329.772)	802.702

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados

Semestre e exercício findos
em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre		(50.889)	(38.950)
Ajustes para:			
Depreciação/amortização		1.266	730
Provisão para perda do valor recuperável		226.726	129.042
Ativo fiscal diferido		(13.786)	(24.220)
Resultado de exercícios futuros		10.659	659
Provisão de contingências		188	82
Variações cambiais sem efeito de caixa		-	509
Juros e variação cambial sob empréstimos e repasses		37.352	24.682
Opções de ações outorgadas		14.963	12.330
Resultado ajustado		226.479	104.864
(Aumento) de títulos e valores mobiliários		(985.679)	(54.909)
(Aumento) de créditos		-	(257.299)
(Aumento) de outros créditos		(1.242.948)	(587.881)
Redução de outros valores e bens		(8.400)	758
Aumento de outras obrigações		1.856.302	723.145
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		(154.246)	(71.322)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(8.747)	(981)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(8.747)	(981)

Fluxo de caixa de atividades de financiamento	494.970	(14.528)
Aumento de capital	478.402	-
Recursos tomados	45.800	10.121
Amortização de empréstimos	(29.232)	(24.649)
Fluxo de caixa decorrente de atividades de financiamento	494.970	(14.528)
Caixa e equivalentes de caixa	20a	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	665.357	502.554
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	997.334	415.723
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	331.977	(86.831)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nu Pagamentos S.A. (“Instituição” ou “Nubank”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39, Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05409-000 – Brasil. O Nubank tem por objeto as seguintes atividades: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência e de pagamentos relacionados a instrumentos de pagamentos pós-pagos; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.

O Nubank foi constituído em 15 de maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Com o sucesso de sua proposta de valor perante o público-alvo, atualmente encontra-se em fase de acelerado crescimento de suas operações. Dada a natureza do negócio, há um investimento inicial na análise de novos clientes, bem como na produção e envio dos cartões. Apenas após um período de uso tais

clientes passarão a ser rentáveis para a Instituição.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Instituição.

Em 18 de maio de 2017 o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) de acordo com a publicação no Diário Oficial.

2. Base de preparação das Demonstrações financeiras

Em função da autorização junto ao Banco Central para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras do Nubank passaram a refletir

as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – “COSIF”, emitido pelo BACEN, conforme disposto na Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Nubank foram elaboradas com o propósito específico de atender às determinações da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do BACEN. A consolidação contempla as operações do Nubank, sua subsidiária no exterior Nu Payments LLC (sociedade de objeto exclusivo), a Nu Investimentos Ltda., Nu Financeira S.A. - SCFI e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nu em conjunto (“Grupo Nubank”).

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis

emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01- Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 - Benefícios a Empregados).

O Nubank optou pela faculdade prevista no art. 6º da Circular nº 3.833 de 17 de maio de 2017 do BACEN, de utilizar o modelo de demonstração de resultado

previsto para empresas não financeiras, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em substituição aos modelos padronizados definidos no COSIF. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 10 de agosto de 2018.

a. Participações societárias incluídas nas Demonstrações contábeis consolidadas

As Demonstrações Financeiras consolidadas abrangem as transações do Nubank e das suas controladas relacionadas a seguir:

Entidade	País	2018	2017
Nu Payments, LLC	EUA	100%	100%
FIDC Nubank	Brasil	-	100%
FIDC Nu	Brasil	100%	100%
Nu Investimentos LTDA.	Brasil	100%	-
Nu Financeira S.A. - SCFI	Brasil	100%	-

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

b. Descrição dos principais procedimentos de consolidação

Eliminação dos saldos das contas de ativos, passivos e resultado entre as empresas consolidadas e eliminação das participações no capital das empresas controladas.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente com o semestre apresentado nestas Demonstrações financeiras consolidadas.

a. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, aplicações em operações compromissadas, aplicações em fundos não exclusivo com liquidez diária, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos:

a avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

d. Operações de cartão de crédito e**provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**

As operações de cartão de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As rendas das operações de cartão de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores gerando uma provisão adicional à requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações classificadas como nível

H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de cartão de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional

de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Os ganhos líquidos auferidos na amortização das cotas do FIDC sujeitam-se ao imposto sobre a renda retido na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento), conforme previsto na legislação fiscal.

A demonstração dos valores de imposto de renda e contribuição social e a origem dos créditos tributários estão apresentados na Nota 14.

f. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e são depreciados a partir da data

em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens.

As vidas fiscais dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

g. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica “Outros valores e bens”.

h. Resultado de exercícios futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem os juros sobre aplicações financeiras de curto prazo, títulos e valores mobiliários, outras rendas financeiras, juros de empréstimos, variação cambial, tarifas bancárias e são reconhecidas no resultado em base “pró-rata” dia.

j. Ativos e passivos contingentes

De acordo com o CPC 25 – “Provisões,

Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações financeiras, exceto, quando a Administração do Grupo Nubank entende que sua realização é virtualmente certa.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios do Grupo Nubank. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da Instituição levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica de outras obrigações;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

k. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

l. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perda no valor recuperável anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. No semestre findo em 30 de junho de 2018 não houve ajuste ao valor recuperável para ativos não financeiros.

m. Plano de opção de compra de ações

O Nubank mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano

de Opção de Compra de Ações da Nu Holdings Ltd. (Holding) – stock option (“Plano de Opção”). O objetivo é conceder, aos colaboradores da Instituição, a oportunidade de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Instituição atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados. O valor justo das opções concedidas pela Holding é reconhecido no resultado da

Instituição, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas). No fim de cada exercício, a Instituição revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. A Instituição reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido.

4. Disponibilidades

	2018	2017
Caixa	22	6
Banco - Conta movimento	322.871	127.201
Outras reservas livres	3.093	-
Disponibilidades em moeda estrangeira	14.990	5.066
Total	340.976	132.273

5. Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

Para negociação

				2018	2017
	Até 3 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 5 anos	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Letras financeiras do tesouro	-	-	1.101.461	1.100.465	-
Recibos de depósitos bancários - RDB pós fixado (ii)	660	-	-	660	2.169
Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados (ii)	156.430	-	-	156.430	-
Letras de arrendamento mercantil - LAM	3.610	308.904	-	312.514	-
Total	160.700	308.904	1.101.461	1.570.069	2.169

Disponível para venda

			2018	2017
	Sem vencimento		Valor de mercado	Valor de Mercado
Cotas de fundos de investimento (i)		341.745	341.745	428.592
Total		341.745	341.745	428.592

Mantidos até o vencimento			2018	2017
	Até 3 meses	De 3 a 5 anos	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Certificados de depósitos bancários – CDB pós fixados (ii)	1.227	-	1.227	3.489
Letra de câmbio	-	104	104	-
Total	1.227	104	1.331	3.489

(i) Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento em cotas de fundos de renda fixa não exclusivos. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

(ii) Referem-se a CDBs e RDBs pós fixados. A Administração da Instituição concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, foi considerado a melhor estimativa de valor de mercado.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

b. Resultado com instrumentos financeiros

	2018	2017
Rentabilidade de cotas de fundos de investimento	15.038	22.600
Rendas de aplicações em CDBs e RDB	5.015	4.275
Renda de aplicações em títulos públicos	21.711	-
Rendas de operações compromissadas	7.996	-
Rendas de depósito no exterior	-	329
Ajuste a marcação de mercado LFT	(972)	-
Total	48.788	27.204

6. Operações de crédito e outros créditos**a. Composição de operações de crédito e de outros créditos**

	2018	2017
Valores a receber cartão de crédito	4.819.934	1.984.493
Empréstimos (i)	-	328.006
Crédito tributário (nota 14b)	182.916	97.161
Impostos e contribuições a compensar	56.976	27.035
Diversos	100.169	10.936
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - cartão de crédito	(441.448)	(165.915)
Total	4.718.547	2.281.716

(i) Referem-se a empréstimos presentes na carteira do FIDC Nu, consolidado para fins deste demonstrativo contábil (Nota 2a).

b. Composição da carteira de operações de cartão de crédito

	2018	2017
Valores a receber - saldo corrente	3.045.453	1.010.501
Valores a receber - parcelas futuras	1.774.481	973.992
Total	4.819.934	1.984.493

c. Composição da carteira de empréstimos e operações de cartão de crédito a receber por vencimento

	2018	2017
Operações de cartão de crédito vencidas	514.930	209.592
Até 3 meses	3.568.288	1.416.593
3 a 6 meses	509.225	483.811
6 a 12 meses	227.492	202.502
Total	4.819.934	1.984.493

**d. Classificação de carteira de cartões
de crédito por níveis de risco**

2018

Operações de cartões de crédito

Nível	Curso normal	Atraso	Total	%	Provisão	Provisão adicional	Provisão total
A	4.254.331	108.629	4.362.961	0,5	(21.815)	(60.475)	(82.290)
B	26.601	52.193	78.794	1	(788)	(26.605)	(27.393)
C	20.408	61.586	81.994	3	(2.460)	(45.747)	(48.207)
D	2.750	46.757	49.507	10	(4.951)	(37.607)	(42.558)
E	839	36.093	36.932	30	(11.080)	(22.461)	(33.541)
F	51	39.773	39.823	50	(19.912)	(18.110)	(38.022)
G	25	34.303	34.327	70	(24.029)	(9.813)	(33.842)
H	-	135.595	135.595	100	(135.595)	-	(135.595)
Total (i)	4.305.005	514.930	4.819.934		(220.630)	(220.818)	(441.448)

2017

Operações de cartões de crédito

Nível	Curso normal	Atraso	Total	%	Provisão	Provisão adicional	Provisão total
A	2.102.907	50.994	2.153.901	0,5	(10.770)	(30.402)	(41.172)
B	-	31.487	31.487	1	(315)	(12.109)	(12.424)
C	-	29.833	29.833	3	(895)	(19.523)	(20.418)
D	-	25.007	25.007	10	(2.501)	(19.389)	(21.890)
E	-	18.410	18.410	30	(5.523)	(11.668)	(17.191)
F	-	21.978	21.978	50	(10.989)	(10.158)	(21.147)
G	-	19.530	19.530	70	(13.671)	(5.649)	(19.320)
H	-	12.353	12.353	100	(12.353)	-	(12.353)
Total	2.102.907	209.592	2.312.499		(57.017)	(108.898)	(165.915)

**e. Movimentação da provisão
de redução ao valor recuperável**

	2018	2017
Saldo no início do semestre	(340.074)	(87.642)
(Constituição)/Reversão	(226.726)	(129.042)
Baixados para prejuízo	125.352	50.769
Saldo no final do semestre	(441.448)	(165.915)

**f. Operações renegociadas/
recuperadas**

O montante das operações renegociadas e recuperadas no semestre findo em 30 de junho de 2018 totalizou R\$87.426 e R\$18.227 (R\$23.482 e R\$7.774 em 2017), respectivamente.

7. Obrigações por empréstimos e repasses

Refere-se às obrigações relacionadas a linhas de crédito tomadas junto a instituições financeiras no exterior, no montante de R\$331.667 (R\$202.305 em 2017), com vencimento em janeiro de 2019, indexadas ao CDI e Libor.

8. Outras obrigações

a. Composição de outras obrigações

	2018	2017
Contas a pagar bandeira - cartão de crédito	4.601.936	2.178.141
Contas de pagamento pré-paga	905.872	-
Cota sênior FIDC Nu	250.841	-
Provisão para pagamentos a efetuar - fornecedores diversos	85.279	30.926
Fiscais e previdenciárias	53.753	12.163
Diversas	8.260	2.994
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	804	3.234
Provisão para contingências	556	194
Total	5.907.301	2.227.652

b. Composição dos valores a pagar de operações de cartão de crédito por vencimento

	2018	2017
Até 3 meses	3.921.957	1.842.778
3 a 6 meses	476.241	234.951
6 a 12 meses	203.738	100.412
Total	4.601.936	2.178.141

9. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Instituição é de R\$1.065.451 (R\$587.049 em 2017), e está representado por 94.781.226 ações (36.510.662 em 2017), sem valor nominal, divididas entre 94.615.861 ordinárias (36.345.297 em 2017) e 165.365 preferenciais (165.365 em 2017), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país. Em assembleia geral extraordinária, realizada em 08 de março de 2018, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$478.402 com emissão de 58.270.564 ações ordinárias.

b. Reserva de capital

O Nubank conta com um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”), aprovado na Reunião do

Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2013, cuja última alteração realizada ocorreu no exercício de 2015, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2015, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Instituição.

Ao final do ano de 2016, a Instituição transferiu o Plano de Opção para a Nu Holdings Ltd., sua controladora indireta. Desde então, as novas outorgas ocorrem na holding, e não mais na Instituição.

A Instituição reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no montante de R\$14.963 no semestre findo em 30 de junho de 2018 (R\$12.330 em 2017), em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

10. Receita operacional

	2018	2017
Receita de intercâmbio	201.020	93.027
Receita de anuidade (Rewards)	22.286	290
Impostos sobre receita operacional	(26.429)	(10.614)
Total	196.877	82.703

O montante de receita operacional refere-se às tarifas de intercâmbio ganhas pela utilização dos cartões de crédito, tanto no Brasil quanto no exterior.

11. Custo dos serviços prestados

	2018	2017
Custo de manutenção de contas	(122.358)	(51.177)
Custo de emissão de cartões	(34.901)	(18.608)
Total	(157.259)	(69.785)

O custo dos serviços prestados é substancialmente composto por custos com processamento de compras de cartão de crédito, bandeira, cobrança, serviços de dados, bureaus de crédito, embossamento e entrega de cartões de crédito.

12. Despesas administrativas**a. Despesas de pessoal**

	2018	2017
Proventos	(36.293)	(24.735)
Encargos sociais	(15.504)	(8.700)
Benefícios	(6.417)	(2.917)
Honorários da administração	(1.545)	(1.406)
Treinamento	(266)	(144)
Total	(60.025)	(37.902)

b. Despesas administrativas

	2018	2017
Despesas de escritório	(6.019)	(7.898)
Despesas com processamento de dados e comunicações	(18.284)	(5.328)
Despesas com contratação de serviços especializados	(6.475)	(4.465)
Outras despesas administrativas	(4.170)	(2.592)
Despesas tributárias	(495)	(1.073)
Depreciação/amortização	(1.164)	(730)
Total	(36.607)	(22.086)

13. Resultado financeiro

	2018	2017
Resultado com instrumentos financeiros	48.788	27.204
Outras receitas financeiras	253.490	126.907
Variação cambial positiva	4.086	-
Receitas financeiras	306.364	154.111
Variação cambial negativa	-	(1.219)
IOF sobre operações financeiras	(130)	(5.538)
Despesa de captação - cota senior FIDC Nubank	(8.682)	-
Tarifas bancárias	(2.028)	(392)
Juros sobre contas de pagamento pré-pagas	(15.404)	-
Impostos sobre receitas financeiras	(14.911)	(1.915)
Despesa de juros	(37.544)	(23.055)
Despesas financeiras	(78.699)	(32.119)
Resultado financeiro	227.665	121.992

14. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social:

	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(64.675)	(63.170)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	(25.873)	(28.426)
Adições/exclusões permanentes	8.133	9.184
Crédito tributário / Imposto de renda e contribuição social corrente (i)	3.955	(4.978)
Imposto de renda e contribuição social do período	(13.786)	(24.220)

(i) Constituição de crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa e contingências passivas.

**b. Saldo e movimentação
de créditos tributários**

	Saldo em 31/12/2017	Constituição/ (Realização)	Saldo em 30/06/2018
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	75.292	37.759	113.052
Outras provisões passivas	13.031	17.310	30.341
Outros	-	386	386
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	88.323	55.455	143.779
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	51.515	(12.378)	39.138
Total dos créditos tributários	139.839	43.078	182.916
	Saldo em 31/12/2016	Constituição/ (Realização)	Saldo em 30/06/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.832	18.850	35.682
Outras provisões passivas	-	2.832	2.832
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	16.832	21.682	38.514
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	56.109	2.538	58.647
Total dos créditos tributários	72.941	24.220	97.161

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 30 de junho de 2018, no montante de R\$182.916 (R\$93.301 em 2017),

foi constituído sobre prejuízo fiscal/ base negativa da CSLL e diferenças temporárias.

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2018	42.053	25.232	67.285
2019	62.717	37.630	100.347
2020	9.553	5.732	15.285
Total	114.323	68.593	182.916

15. Cobertura de seguros

A Instituição adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de junho de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$98.600 para incêndio (R\$52.000 em 2017), queda de raio e explosão, R\$600 para danos elétricos (R\$600 em 2017), R\$1.000 para quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos (R\$1.000 em 2017), R\$1.000 para responsabilidade civil (R\$1.000 em 2017) e R\$500 para roubo e/ou furto qualificado

de bens e mercadorias (R\$500 em 2017).

16. Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias, a fim de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros.

A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação.

A Instituição não operou com derivativos durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

17. Contingências

O Nubank é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e de relação de consumo.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros créditos. Existem processos cíveis de relação de consumo classificados como possíveis pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$1.615 em 30 de junho de 2018 (R\$567 em 2017).

O Nubank, com base na opinião de seus assessores legais, não espera a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas. Em relação aos processos fiscais, em junho/2018, o Nubank tem provisionado a título de obrigação legal o montante de R\$ 34.037 referente à majoração da alíquota do PIS e da COFINS (4,65%) incidente sobre a receita financeira estabelecida pelo Decreto 8.426/15.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 30 de junho de 2018 no montante de R\$556 (R\$194 em 2017) considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso.

c. Movimentação das provisões

	2018	2017
Saldo no início do semestre	367	112
Constituição	473	119
Utilização / reversão	(284)	(37)
Saldo no final do semestre	556	194

18. Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal -chave da Administração e seus familiares. Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

No semestre findo em 30 de junho de 2018 o Nubank tem como Partes Relacionadas as despesas com honorários da administração no total de R\$1.545 (R\$1.406 em 2017).

19. Outras informações**a. Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa apresentado na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2018	2017
Disponibilidade	340.976	132.273
Letras de arrendamento mercantil - LAM	312.514	-
Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados	156.430	-
Aplicação financeira - fundos de investimento	118.411	283.450
Aplicacoes em operações compromissadas	69.003	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	997.334	415.723

b. Estrutura de gestão de riscos e capital

A gestão de riscos é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno. O gerenciamento de riscos é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e
- A carteira de clientes é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam

afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O processo de gestão de riscos permeia toda a Instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e demais reuniões internas, definem os objetivos globais da Companhia, incluindo o apetite de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis no Brasil e devidamente evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico da Instituição. O controle dos riscos de Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia

sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

c. Gerenciamento de Risco Operacional

De acordo com a Resolução CMN nº 3.380/2006, define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos

de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. A estrutura estabelecida para a Gestão de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

d. Gerenciamento de Risco de Liquidez

De acordo com a Circular do Banco Central nº 3.681/2013, define-se como Risco de Liquidez a possibilidade de a instituição de pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer

em perdas significativas; e não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. A instituição mantém uma estrutura devidamente formalizada em política que define a estratégia, processos e responsabilidades para o adequado gerenciamento do risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, em situação normal ou de estresse.

e. Programa de recompensa

O Nubank criou um programa de fidelidade para seus clientes denominado “Nubank Rewards.” O plano consiste no acúmulo de pontos de acordo com as compras realizadas pelos clientes, na proporção de recompensa de R\$ 1,00 (um real) igual a 1 ponto, que nunca expiram. O valor financeiro desses pontos é subtraído da receita de intercâmbio e registrado na rubrica de receitas de exercícios futuros, presente no passivo da Companhia. O resgate é realizado apagando

compras feitas pelo usuário em diversas categorias de gastos, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte, músicas etc.

20. Eventos subsequentes

A administração do Nubank não tem conhecimento de nenhum evento subsequente a ser divulgado nessas demonstrações financeiras.

